

EDITORIAL

Neste número de *Estudos Bíblicos* seguimos aprofundando as reflexões apresentadas nos dois últimos números da revista *Estudos Bíblicos*, que ficaram a cargo dos e das biblistas de Santa Catarina. De certa forma abordamos mais especificamente um aspecto que aflora no processo de instituição do Monoteísmo no Primeiro Testamento e no Segundo Testamento. As reflexões agora se dão em torno da questão da “idolatria”. Essa palavra, de denúncia, desprezo e condenação dos cultos que usam imagens, é retirada das páginas da Bíblia e é esgrimida de muitos modos e de muitas maneiras nos conflitos religiosos atuais.

Está presente no judaísmo, no cristianismo e no islamismo; promove a postura radicalmente anicônica e anti-icônica demonstrada em graus variados nas diversas correntes dessas três religiões. A questão das imagens/ídolos foi usada nos conflitos entre católicos e reformados; e teve, e ainda tem, forte participação nas difíceis e conturbadas relações entre os cristianismos e as religiões africanas e indígenas, bem como nas relações com o hinduísmo e outras religiões que possuem imagens em seus cultos e templos. Até hoje a classificação de “idolatria” é usada para demonizar ou diminuir a dignidade das religiões dos povos africanos e também dos povos originários das Américas.

Essas posturas discriminatórias, hierarquizadoras e violentas, infelizmente, pensam ter respaldo e legitimidade na “Palavra de Deus”. Especialmente na leitura de certos textos bíblicos do Primeiro Testamento.

Porém, hoje se sabe que a religião de Israel por muitos séculos incluiu, com grande destaque inclusive, muitas imagens de diferentes tamanhos, materiais e formatos (Gn 31,19.30-35; Jz 6,24-30, 1Sm 19,13-16; 1Rs 12,28-29; 2Rs 18,4; 23,4-14; Jr 44,15-19; etc.). Elas representavam deuses e deusas e eram muitíssimo difundidas e usadas, tanto nos cultos domésticos quanto nos cultos urbanos, tanto nas vilas camponesas como nas cidades e capitais dos reinos de Judá e Israel domésticos.

E foi assim até as reformas de Ezequias e de Josias (Ver artigo em: *Estudos Bíblicos* Vol. 29; n. 116; out/dez 2012; p. 11-27). Porém, a reforma de Ezequias não pode consolidar-se por causa da pressão do império assírio, que estava no auge de seu poder. E depois de Ezequias, a aliança com a Assíria manteve por

quase 50 anos o reino de Manassés, e certamente desfez todas as modificações introduzidas por Ezequias, ampliando inclusive a presença das imagens na religião de Judá, introduzindo, ou permitindo a introdução de muitas imagens de divindades assírias (2Rs 21,1-9). E também a reforma de Josias não teve tempo suficiente para consolidar-se, pois pouco mais de vinte anos após ela ter sido iniciada a Judeia foi invadida e Jerusalém foi destruída pelo império babilônico, tendo sido a capital, o centro promotor da reforma, completamente arrasada e desurbanizada. Com isso, e como atestam textos de Ezequiel (Ez 6,4-10) e de Isaías, comprovados pela arqueologia, as imagens, bem como a diversidade de divindades, voltaram a ser fato corriqueiro e normal na Judeia. O próprio guia impresso do museu de Jerusalém, autorizado pelas atuais autoridades de Israel, atesta que “somente no período do segundo templo”, isto é, somente na Judeia como província do Império Persa, é que de fato o monoteísmo, e o culto sem imagens, tornaram-se religião oficial em Judá.

Igualmente no Segundo Testamento inicialmente vemos os primeiros seguidores de Jesus assumindo posturas mais tolerantes quanto a cultos existentes no império (1Cor 8,1-6; 10,23-30). Mas predominam nos textos posteriores posicionamentos condenatórios (Compare Gl 2,1-10 com At 15,20-29; Ap 9,20). Esse posicionamento se endurecerá ainda mais nas versões do cristianismo associadas aos impérios, romano, bizantino, inglês, espanhol, português, norte-americano...

Assim a discussão sobre a idolatria está na sequência da reflexão sobre a relação entre monoteísmo, discriminação, intolerância e violência. Pois a classificação de uma prática religiosa como “idolatria” serve para justificar atitudes violentas contra as práticas assim rotuladas e estão relacionadas com uma determinada compreensão do monoteísmo bíblico e cristão. Essa compreensão, que tem sido geralmente classificada como fundamentalismo e intolerância religiosa, constitui-se num dos principais desafios da sociedade atual marcada pela eclosão das diversidades: diversidade cultural, diversidade religiosa, diversidade de opções/orientações sexuais, entre outras. Muitos e muitas vivem essa maior percepção das diversidades com certo desconforto, como um mal-estar agressivo. E a noção dos direitos humanos torna-se campo de disputas.

De fato a Bíblia contém muitos textos relacionados a outros cultos envolvendo imagens que explicitamente incitam e comandam atos de violência, discriminação e exclusão em nome de Deus, aos quais ainda hoje se recorre para justificar atitudes e ações semelhantes. Frente a estes textos e frente às muitas violências e violações dos direitos humanos cometidas em nome de Deus que ainda hoje presenciemos, nos desafiamos a refletir sobre essas questões, especificamente aquelas relacionadas aos cultos e religiões que possuem imagens em seus cultos.

Apresentamos, então, nove artigos.

O primeiro, de Luiz José Dietrich, reflete sobre o processo no qual imagens, de uso aceito e comum, passaram a ser classificadas e combatidas como “ídolos”. O texto parte da nova arqueologia, autônoma, das terras da Bíblia. Novas luzes levam a novas compreensões da história de Israel, da redação da Bíblia, e também de várias instituições e teologias bíblicas. A partir disso o autor aborda especificamente a questão da “idolatria”. Procura mostrar que o primeiro grito contra imagens, a proibição de fazer “imagens de metal fundido” (Ex 34,17; Lv 19,4), ou de “ouro e de prata” (Ex 20,23), não foi um grito contra “ídolos”, em geral. Nada tinha a ver com o que consideramos hoje idolatria. Foi sim um grito contra o uso da religião para promover e legitimar o acúmulo de riquezas e poder. Observa que certas traduções do hebraico para o português também dificultam uma compreensão mais clara desse processo. E que muito do que tratamos como “idolatria” hoje não tem nada a ver com o movimento profético contra as imagens de metal, ouro e prata. Com apoio do Sl 115 conclui que idolátrica é toda a religião que nos torna insensíveis e indiferentes, e não nos impele à solidariedade e a ações decisivas para enfrentar as injustiças e desigualdades sociais, especialmente as violências cometidas contra os pobres, os oprimidos, os descendentes da África e das Américas e os grupos que são culturalmente diferentes de nós.

Maria Aparecida Pascale reflete sobre a experiência religiosa do povo de Israel, cujo Deus se manifesta sob diversos nomes, de acordo com cada momento histórico-cultural. A partir desta experiência se entendem as manifestações de outras tradições culturais, como a dos indígenas e a dos afro-brasileiros com as diversas denominações a seus deuses. A pertença a uma tradição religiosa é fundamental para a descoberta e manutenção da identidade original de cada grupo, o que confere sentido ao cotidiano da sua vida e o faz sentir-se protagonista da história e compromissado na construção de um novo mundo. O diálogo inter-religioso torna-se um caminho enriquecedor para a mútua aprendizagem e para o assumir conjuntamente – a unidade na diversidade – o projeto de vida digna sem exclusão. Neste sentido, o êxodo israelita, como evento libertador de um povo, permanentemente celebrado, torna-se paradigma para todas as gerações e culturas, motivador da esperança militante. Será somente Iahweh, o nome divino revelado a Moisés, o único verdadeiro? Na Bíblia e nas diversas tradições culturais, encontramos outros nomes para a divindade: Elohim, Ruah, El Shaddai, Astarte, Ogum, Iemanjá, Iansã, Ñhanderú... Afinal, qual é o nome Dele?

O terceiro artigo apresenta o estudo dos textos de Ex 32,1-10 e 1Rs 12,25-33 com o propósito de entender por que o povo recém-liberto do Egito e mais tarde, na época da monarquia dividida, a partir de seu rei, passa a cultuar imagens de bezerros, identificando-os com o Deus que os libertou do Egito, sendo proibida a confecção de imagens representativas de divindades. A autora, Sílvia Regina Nunes da Rosa Togneri, procura evidenciar o contexto em que os fatos aconteceram,

a época da redação dos textos e a teologia que os autores seguiram, revelando as intenções subjacentes às narrativas.

Armando Rafael Castro Acquaroli nos apresenta o “duelo de gigantes” entre os deuses Marduk e Javé. Os conflitos de todos os tipos existem em qualquer época. Fazem parte da natureza humana. Tais conflitos aparecem também entre os deuses, desde a antiguidade. O autor mostra como se deu a relação entre duas grandes deidades. De um lado, Marduk, senhor do céu e da terra e protetor da Babilônia. De outro, Yhwh, senhor dos exércitos, cultuado pelos israelitas. Numa difícil e disputada batalha, é complicado afirmar qual dos dois é o vencedor.

Marduk e Javé são confrontados especialmente no contexto do exílio da Babilônia. Nasceu aí o monoteísmo absoluto. Celso Loraschi, em seu artigo, esclarece que na medida em que perdura o exílio cresce entre os deportados a tendência generalizada de absorver os costumes e os valores da população nativa. As vitórias e derrotas, sucessos e fracassos eram atribuídos à força ou à fraqueza das divindades. Os últimos acontecimentos pareciam apontar para a superioridade de Marduk e do panteão babilônico. A situação social dos exilados é de marginalização e de desprezo; também de desânimo e de frustração. A identidade do povo de Israel está ameaçada. Além disso, o povo judeu encontra-se disperso pelas nações. É urgente resgatar a autoconfiança, defender a identidade do povo eleito e motivar a esperança de um futuro novo. Para isso, Dêutero-Isaiás combate os deuses babilônicos e anuncia exclusivamente Javé como o único e verdadeiro Deus.

Em seguida, Benedito Clóvis e Orides Bernardino procuram conversar sobre os “ídolos” no cristianismo primitivo, iniciando com a questão: Qual Deus é o verdadeiro e onde Deus está? Seguem a conversa procurando entender o significado de “ídolos” e a caminhada do cristianismo primitivo que fez a experiência de um Deus justo, rico em misericórdia e que não rejeita o povo que o escolheu, rompendo com a idolatria, isto é, com um modo de pensar e de agir que não levam em conta os clamores dos pobres.

Os capítulos 8-10 da primeira carta aos Coríntios levantam um problema enfrentado por Paulo junto às comunidades cristãs primitivas. Refere-se às carnes sacrificadas aos ídolos e que eram vendidas nos mercados da cidade. Ademir Rubini e Osmar Debatin escrevem seus artigos comentando esta questão polêmica. O conflito se dava entre os que eram a favor do consumo destas carnes e dos que eram radicalmente contra. Comer ou não comer? É idolatria ou não? A comunidade estava dividida. Na verdade, o culto às diversas divindades, expresso nas carnes sacrificadas, conflitava com a profissão de fé monoteísta, oriunda da tradição judaica. Havia o grupo que afirmava: “Os ídolos não existem, portanto, pode-se comer a carne”. E havia os que questionavam tais práticas, zelosos por sua tradição de fé. A opinião de Paulo é clara: não há problema nenhum em comer

dessas carnes, mas adverte que o mais importante é a caridade que se expressa pelo cuidado àquelas pessoas que ainda não haviam alcançado tal conhecimento e liberdade. Mais do que aplicar uma lei, Paulo procurou argumentar sobre o tema, levando em conta a situação vital dos seus interlocutores.

“Guardai-vos dos ídolos” é o título do artigo de Ney Brasil Pereira. Refere-se ao versículo final da primeira carta de João, o qual nos surpreende de várias maneiras. Não é uma despedida formal, mas em vez disso é uma brevíssima advertência, até lacônica. Por que será que João concentra nesse versículo a sua palavra final? Ainda mais que o termo “ídolos” não aparece uma vez sequer ao longo da carta. Além disso, por que essa advertência lacônica, numa carta permeada de certezas? É a pergunta que o artigo pretende responder, em duas partes: 1. As “certezas” da 1ª carta de João; 2. Os “ídolos” dos quais devemos guardar-nos.

Como podemos perceber o tema proposto neste número é de uma enorme abrangência. Vários outros aspectos podem ser estudados. É de suprema importância estabelecer fundamentos para releituras libertadoras desses textos muitas vezes restritivos e violentos, e para práticas e espiritualidades que nos tornem mais sensíveis, mais amorosos, mais humanos e solidários uns para com os outros e profundamente respeitosos diante das diversidades que rodeiam nosso viver. Esperamos fornecer elementos que estimulem posturas que combatam a intolerância, a discriminação e as violências feitas em nome de Deus. Para subsidiar a construção de espiritualidades e práticas, que sem abandonar sua identidade monoteísta judaico-cristã possam, porém, superar o caráter exclusivista, homogeneizador e intolerante embutido em muitas das formas de compreender a divindade e a vivência da fé judaico-cristã na atualidade.

*Luiz José Dietrich e
Celso Loraschi*

